Clipping

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 14 de julho

Por unanimidade, TCE aprova contas do governo Caiado

O parecer prévio da prestação de contas do primeiro ano de gestão do governador Ronaldo Caiado (DEM) foi aprovado por unanimidade pelo plenário virtual do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), em sessão na tarde de ontem. Todos os cinco conselheiros que votaram acompanharam o voto da relatora, **Carla Santillo**, totalizando seis votos pela aprovação das contas, com 17 determinações e sete recomendações, sendo quatro para o governo do Estado e três para poderes e órgãos autônomos. O julgamento em definitivo das contas cabe à **Assembleia Legislativa de Goiás**, para onde o parecer será encaminhado.

Em razão da pandemia do coronavírus, essa foi a primeira vez na história do tribunal que a votação das contas do governo ocorreu de forma virtual. Durante a sessão, apesar de acompanhar o voto da relatora, dois conselheiros chegaram a propor ressalvas. Saulo Mesquita propôs ressalvas relativas à realização de despesas sem prévio empenho, recolhimento insuficiente das prestações devidas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e descumprimentos da ordem cronológica dos pagamentos. Já Edson Ferrari manifestou entendimento de intempestividade no envio das contas. Mas o que prevaleceu e recebeu a aprovação do plenário foi a aprovação das contas com as determinações e recomendações constantes no voto da relatora.

No relatório, a **conselheira** **Carla Santillo** menciona que "restou evidenciado nas Contas o esforço e comprometimento do governo com o equilíbrio orçamentário, com o cumprimento das metas fiscais, com a transparência na gestão fiscal, com o cumprimento dos índices constitucionais, notadamente de Saúde e Educação, com a observância dos limites de endividamento, com a gestão do patrimônio público e com a implementação das determinações e recomendações desta Corte de Contas".

Conforme o documento, embora o orçamento tenha previsto déficit para o ano de 2019, no valor de R$ 6,063 bilhões, o Estado encerrou o ano com superávit orçamentário no valor de R$ 523,0 milhões, "mormente em virtude do impacto positivo dos depósitos judiciais na receita do Estado".

Aplicação

De acordo com o documento, o Estado apresentou como efetivamente aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) o valor de R$ 4,818 bilhões em 2019, perfazendo um índice de aplicação de 25,28%. Após deduções realizadas, é informado que o valor total considerado foi de R$ 4,786 bilhões, representando 25,11% do total da receita líquida de impostos de 2019, o que resultou numa aplicação superior ao mínimo exigido em R$ 21,601 milhões.

Porém, a unidade técnica evidenciou repasse menor ao Fundeb. Segundo o documento, o valor devido pelo Estado ao Fundeb no exercício de 2019 foi de R$ 3,395 bilhões. Foi efetivamente repassado o valor de R$ 3,182 bilhões, resultando no repasse a menor de R$ 213,5 milhões referente às receitas resultantes de ICMS.

O relatório aponta que o Estado deixou de considerar o adicional de até 2% do ICMS na base de cálculo dos repasses do imposto ao Fundeb, em desacordo com o entendimento firmado pelo **TCE**-GO no Acórdão **TCE** nº 121/2016. Para tanto, uma das 17 determinações do documento é no sentido de que o governo adote medidas com vistas a sanar a irregularidade apontada.

Uma outra determinação apresentada é para que o Estado monitore o cumprimento da transparência ativa pelas Organizações Sociais que administram os hospitais públicos, em especial quanto à necessidade de atualização das informações relacionadas à remuneração de seus funcionários e diretores.

Entre outros apontamentos que resultaram em determinações no voto da relatora está o repasse aos municípios. Segundo o documento, os demonstrativos apresentados indicam a insuficiência no repasse aos municípios no valor de R$ 5.472.949,00, referente à receita resultante do ICMS, no exercício de 2019. Nesse

caso, a determinação é para que o Estado finalize, em 2020, a auditoria na arrecadação e distribuição de tributos do Estado, apresente os resultados ao **TCE**-GO e, que, se confirmada a diferença de repasse a menor da receita de ICMS no exercício de 2019, seja realizada a recomposição dos valores aos municípios, conforme quotas-partes de 2019. "Bem como adequar a regra de negócio para as transferências constitucionais, tendo em vista a recorrência na diferença de valores distribuídos nos últimos exercícios", diz o relatório.

Entre as quatro recomendações para o governo Estado, uma que o parecer traz é quanto a mensuração da Dívida Ativa estadual. O documento recomenda concluir os estudos necessários a propiciar a criação de metodologia confiável de qualificação dos créditos inscritos e proceder, de forma adequada e completa, a escrituração do Ajuste para Perdas da Dívida Ativa.

A secretária de Economia do Estado, Cristiane Schmidt, diz que a aprovação das contas pelo **TCE**-GO "representa o resultado de um trabalho extremamente sério" e afirma que, assim como fizeram em 2019, "em 2020 seguiremos observando todas as recomendações e determinações do **TCE**".

Site: https://www.opopular.com.br/?renderAsFlip=flip&date=20200714&caderno=OPOPULAR&edicaoAberta=false

TCE aprova, por unanimidade, contas do governo Caiado

Helton Lenine

Na primeira votação virtual sobre as Contas de Governo na história do **Tribunal de Contas do Estado**, o Parecer Prévio foi pela aprovação, com 17 determinações e quatro recomendações ao Governo do Estado, além de três determinações aos outros poderes e órgãos autônomos. Cabe agora à Assembléia Legislativa apreciar as contas, conforme determina a Constituição do Estado.

Embora todos os conselheiros tenham votado com a relatora, Edson Ferrari Feitas manifestou entendimento de intempestividade no envio das contas e Saulo Mesquita propôs três ressalvas, relativas a realização de despesas sem prévio empenho, recolhimento insuficiente das prestações devidas ao Fundeb e descumprimento da ordem cronológica dos pagamentos.

A sessão histórica foi aberta pelo presidente Celmar Rech para manifestações durante a tarde e encerrada às 17 horas de ontem.

A análise refere-se ao exercício de 2019, o primeiro ano de gestão do governador Ronaldo Caiado. Para a relatora, **conselheira Carla Santillo**, "ficou evidenciado o esforço do governo com o equilíbrio orçamentário, com a transparência na gestão fiscal, com o cumprimento das metas fiscais e dos índices constitucionais, notadamente de Saúde e Educação, com a observância dos limites de endividamento, com a gestão do patrimônio público. Ela também destacou o comprometimento com a implementação das determinações e recomendações em Pareceres Prévios de exercícios anteriores.

O documento agora será encaminhado à Assembléia Legislativa, a quem cabe o julgamento definitivo das contas. O Parecer Prévio aborda, dentre outras questões, a observância e cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução do orçamento do Estado e nas demais operações realizadas com recursos públicos, em especial quanto ao estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Educação e saúde

Os índices mínimos para aplicação nas áreas de Educação e Saúde foram atendidos em 2019, o mesmo ocorrendo com a vinculação com Cultura. Entretanto, houve repasse a menor ao Fundeb e os repasses de recursos para os órgãos e poderes com autonomia financeira não foram feitos integralmente na forma duodecimal até o dia 20 de cada mês. Também foi verificada insuficiência no repasse aos municípios no valor de R$ 5.472.949,00, referente a receita resultante do ICMS, no exercício de 2019.

A despesa total com pessoal do Estado de **Goiás** foi de 59,58% da Receita Corrente Líquida em 2019, atendendo, portanto, o limite global de 60,00% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ordem cronológica

O **TCE** considerou "situação grave e com potencial de prejuízo ao erário" o descumprimento da ordem cronológica de pagamentos. No que se refere à Conta Centralizadora do Governo, apenas 2,5% dos valores foram contabilizados e 72,63% dos valores registrados na Conta Única possuíam sustentação financeira, vez que ao final do exercício de 2019, havia R$ 723.732.275, sendo que os extratos bancários apresentam saldo disponível de R$ 422.870.921.

No exercício financeiro de 2019 houve expressiva redução dos valores pagos para amortização da dívida estadual, haja vista que no período de maio a dezembro de 2019, o Estado de **Goiás** não realizou amortização e pagamento de serviço da dívida no valor de R$ 1,18 bilhão.

Com relação à transparência na gestão fiscal, o **TCE**-GO observou o descumprimento de dispositivo legal quanto à transparência ativa nas Organizações Sociais por não atualizar a remuneração dos empregados e dirigentes que administram os hospitais públicos.

"Ficou evidenciado o esforço do governo com o equilíbrio orçamentário, com a transparência na gestão fiscal, com o cumprimento das metas fiscais e dos índices constitucionais, notadamente de Saúde e Educação, com a observância dos limites de endividamento, com a gestão do patrimônio público"

Carla Santillo, relatora

Atuação da **CGE** gera economia de R$ 226 milhões ao Governo

Seguindo determinação do governador Ronaldo Caiado, a Controladoria-Geral do Estado (**CGE**), que tem Henrique Moraes Ziller à frente, analisou procedimentos de compras e contratações que somaram mais de R$ 4 bilhões no primeiro semestre de 2020, incluídas as emergenciais no enfrenta-mento ao Covid-19. As sugestões e as recomendações da **CGE** nesses processos geraram economia imediata de R$ 226,8 milhões ao Governo de **Goiás**, o que representa redução de 5,6% do valor total.

De março a junho, a **CGE**-GO inspecionou 106 processos de compras e contratações emergenciais exclusivas para o combate à pandemia do coronavírus, que totalizaram R$ 446,2 milhões. Neles, o órgão emitiu sugestões e recomendações que representaram uma economia ao Tesouro Estadual no valor de R$ 35,5 milhões. Os resultados alcançados são fruto da parceria entre a **CGE**-GO e os demais órgãos do Estado e da modernização da gestão executada pelo governador Ronaldo Caiado, que promoveu a atuação preventiva do Programa de Compliance Público de **Goiás**.

Para obter essas reduções, a **CGE**-GO colabora com os órgãos estaduais principalmente no sentido de adequar os quantitativos e os modelos de bens a serem adquiridos, ou dos serviços a serem contratados e, também, no sentido de adequar as estimativas de preços.

Além disso, a **CGE**-GO também avalia a adequação dos processos à legislação vigente, e colabora com sugestões específicas para casos especiais, como, por exemplo, recomendações de ações para garantir o recebimento dos produtos e serviços com o padrão de qualidade desejado.

A busca pela efetividade em sua atuação só é possível em função do trabalho competente e rápido da equipe de servidores do órgão. Por envolverem risco de vidas, os procedimentos das compras emergenciais para combate ao covid-19 recebem atenção prioritária e foram liberados em tempo médio de quatro dias, enquanto os demais processos, que são mais complexos e demandam análise mais detalhada, foram liberados em tempo médio de 12 dias, índice considerado muito bom.

Atuação efetiva

Em um processo de compras de aquisição de máscaras para proteção dos servidores do órgão, a **CGE** verificou que na verdade o modelo solicitado equivalia a uma máscara cirúrgica tripla descartável, próprio para servidores da área da saúde. O órgão solicitante acatou a sugestão da **CGE** de que nesse caso poderiam ser adquiridas máscaras simples, artesanais, o que gerou economia de R$ 10,4 milhões.

Outra ação positiva ocorreu na aquisição de 50 ventiladores pulmonares para equipar hospitais de campanha, ao custo de R$ 30 milhões. Diante da pressão que existe hoje em todo o planeta para aquisição deste tipo de equipamentos, era necessário garantir o recebimento do exato produto adquirido, particularmente porque o pagamento deveria ser adiantado.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20200714/pagina/1

Tribunal de Contas do Estado aprova por unanimidade balanço do Governo Caiado

Em sessão extraordinária virtual realizada ontem, 13, o plenário do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) emitiu parecer favorável às contas do governo do Estado relativas ao exercício de 2019, primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado. A relatora foi a **conselheira Carla Santillo**. A aprovação foi por unanimidade e foi anunciada pelo presidente do **TCE**-GO, Celmar Rech,às17h.

Agora, o documento será encaminhado à Assembléia Legislativa, a quem caberá a tarefa de aprovar as contas. Vale lembrar que as contas de 2018 da gestão do ex-govemador foram reprovadas por 12 motivos, além de expedidas 40 determinações e seis recomendações. Agora, as contas foram aprovadas com 17 determinações e quatro recomendações.

A relatora observou, em seu parecer, o comprometimento do governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário, e cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal. O relatório observou ainda que o Estado realizou o dever de casa com o cumprimento dos mínimos constitucionais (Saúde e Educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE**-GO de pareceres anteriores.

A sessão durou quatro horas e teve o relatório aprovado por todos os conselheiros, sendo dois deles com ressalvas e recomendações. Fára a secretária da Economia, Cristiane Schmidt, o resultado é fruto do comprometimento do governo do Estado no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais. "Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento. O governo tem mantido em dia a prestação dos serviços, além do pleno cumprimento dos limites constitucionais para saúde e educação", enfatizou Schmidt

O Balanço Geral do Estado, entregue pelo governador Ronaldo Caiado e pela secretária da Economia, Cristiane Schmidt no dia 21 de maio, demonstrou o superávit em R$ 523 milhões nas contas de 2019. O colegiado aprovou 0 relatório favorável apresentado pela relatora, **conselheira Carla Santillo**. "O parecer pela aprovação das contas de 2019 demonstra o reconhecimento dos esforços que a administração pública do Estado de **Goiás** vem empreendendo para o aprimoramento de sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial", destacou a subsecretária do Tesouro, Selene Peres Peres Nunes.

O relatório pela aprovação veio acompanhado de 17 determinações e quatro recomendações para o Poder Executivo, a serem cumpridas ao longo dessa gestão fiscal. Entre elas, o **TCE**-GO recomendou mudanças em alguns procedimentos da Conta Única do Tesouro Estadual e também determinou a observância do monitoramento e cumprimento da transparência ativa pelas Organizações Sociais da Saúde. "Essas determinações e recomendações encontram-se mapeadas com cronogramas para suas implementações", assinalou o superintendente Contábil da Economia, Ricardo Borges.

Sobre isso, a secretária Cristiane Schmidt ressaltou que "toda a equipe vai trabalhar para sempre atender às recomendações do **TCE**-GO, buscando sempre a transparência nas ações e informações contábeis e financeiras, o cumprimento das metas fiscais e o aprimoramento permanente da gestão do patrimônio do Estado".

Participaram da sessão extraordinária, além do presidente do **TCE**-GO, Celmar Rech, os conselheiros Sebastião Tejota, Edson Ferrari, Kennedy Trindade, Saulo Mesquita, Helder Valin, e a relatora **Carla Santillo**, além da procuradora de Contas, Maisa de Castro. Todos votaram a favor do relatório, e com ressalvas os conselheiros Saulo Mesquita e Edson Ferrari.

Site: https://diariodeaparecida.com.br/edicao-impressa-no2475/

TCE recomenda aprovação das contas do 1ª ano do Governo Caiado

Tags: **TCE**-GO, Estado de **Goiás**, Prestação de contas, Governo de **Goiás**, Governador Ronaldo Caiado, **ALEGO**, Secretária Cristiane Schmidt, Secretaria de estado da economia, Ricardo Borges de Rezende,

Multimídia: http://midia.smi.srv.br/video/2020/07/14/TVBRASILCENTRALGOINIAGO-12.44.00-12.52.50-1594746563.mp4

TCE destaca gestão de Alexandrino na aprovação das contas do governo

Na aprovação das contas do primeiro ano do governo de Ronaldo Caiado, no **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), a **conselheira Carla Santillo**, deu destaque à pasta da Saúde.

Santillo mostrou que a Secretaria Estadual de Saúde observou os limites de endividamento e foi zelosa com o patrimônio público.

A **conselheira** também disse que o secretário da pasta, Ismael Alexandrino, demonstrou comprometimento com a implementação das determinações e recomendações dos pareceres que o **TCE** havia emitido em anos anteriores.

O relatório será encaminhado agora à Assembleia Legislativa, a quem cabe o julgamento definitivo das contas. A despesa total com pessoal do Estado de **Goiás** foi de 59,58% da Receita Corrente Líquida em 2019, atendendo, portanto, o limite global de 60,00% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Site: https://www.dm.jor.br/cotidiano/2020/07/tce-destaca-gestao-de-alexandrino-na-aprovacao-das-contas-do-governo/

TCE sugere aprovação das contas de 2019 do governo estadual

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) sugeriu nesta segunda-feira, 13, a aprovação das contas do Executivo no exercício de 2019, primeiro ano de mandato do governador Ronaldo Caiado. A aprovação unânime foi anunciada pelo presidente do **TCE**, Celmar Rech. O documento segue agora para a Assembleia Legislativa, a quem cabe aprovar ou não a prestação de contas do governo.

O Balanço Geral do Estado entregue ao **TCE** em maio demonstrou o superávit em R$ 523 milhões nas contas de 2019. O colegiado do tribunal corroborou o relatório favorável à aprovação apresentado pela **conselheira Carla Santillo**. O relatório traz 17 determinações e quatro recomendações ao governo para serem cumpridas ao longo deste ano.

Para comentar a decisão do **TCE**, o telejornal TBC 1 da TV Brasil Central recebeu nesta terça-feira, 14, o superintendente Contábil da Secretaria de Economia, Ricardo Borges. Ele conversou com a apresentadora Eva Taucci e explicou a importância da aprovação das contas pelo tribunal.

"A prestação de contas do governo quando recebe esse parecer prévio favorável à aprovação do tribunal, representa que o governo realizou aquilo que pretendia, que ele cumpriu as suas obrigações constitucionais e também buscou os princípios da transparência, da impessoalidade, da imparcialidade e do menor gasto público", comentou o superintendente da Secretaria de Economia.

Confira a entrevista completa:

ABC Digital

Site: https://www.abc.go.gov.br/noticias/tce-sugere-aprovacao-das-contas-de-2019-do-governo-estadual.html

TCE sugere aprovação das contas de 2019 do governo estadual

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) sugeriu nesta segunda-feira, 13, a aprovação das contas do Executivo no exercício de 2019, primeiro ano de mandato do governador Ronaldo Caiado. A aprovação unânime foi anunciada pelo presidente do **TCE**, Celmar Rech. O documento segue agora para a Assembleia Legislativa, a quem cabe aprovar ou não a prestação de contas do governo.

O Balanço Geral do Estado entregue ao **TCE** em maio demonstrou o superávit em R$ 523 milhões nas contas de 2019. O colegiado do tribunal corroborou o relatório favorável à aprovação apresentado pela **conselheira Carla Santillo**. O relatório traz 17 determinações e quatro recomendações ao governo para serem cumpridas ao longo deste ano.

Para comentar a decisão do **TCE**, o telejornal TBC 1 da TV Brasil Central recebeu nesta terça-feira, 14, o superintendente Contábil da Secretaria de Economia, Ricardo Borges. Ele conversou com a apresentadora Eva Taucci e explicou a importância da aprovação das contas pelo tribunal.

"A prestação de contas do governo quando recebe esse parecer prévio favorável à aprovação do tribunal, representa que o governo realizou aquilo que pretendia, que ele cumpriu as suas obrigações constitucionais e também buscou os princípios da transparência, da impessoalidade, da imparcialidade e do menor gasto público", comentou o superintendente da Secretaria de Economia.

Site: http://www.jornalditoefeito.com.br/tce-sugere-aprovacao-das-contas-de-2019-do-governo-estadual/

TCE aprova por unanimidade contas do Governo Caiado

Governador Ronaldo Caiado teve as contas do primeiro ano aprovadas, apesar do déficit de mais de R$ 3 bilhões deixados pela gestão anterior

Em sessão extraordinária virtual, realizada nesta segunda-feira, dia 13, o plenário do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) emitiu parecer favorável às contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2019, primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado. A relatora foi a **conselheira Carla Santillo**. A aprovação foi por unanimidade e foi anunciada pelo presidente do **TCE**, Celmar Rech, às 17 horas. Agora, o documento será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem caberá a tarefa de aprovar as contas.

Vale lembrar que as contas de 2018 da gestão do ex-governador foram reprovadas por 12 motivos, além de expedidas 40 determinações e seis recomendações. Agora, as contas foram aprovadas com 17 determinações e quatro recomendações.

A relatora observou, em seu parecer, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário, e cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal. O relatório observou ainda que o Estado realizou o dever de casa com o cumprimento dos mínimos constitucionais (Saúde e Educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

A sessão durou quatro horas e teve o relatório aprovado por todos os conselheiros, sendo dois deles com ressalvas e recomendações. Para a secretária da Economia Cristiane Schmidt, o resultado é fruto do comprometimento do Governo do Estado no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

"Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento. O Governo tem mantido em dia a prestação dos serviços, além do pleno cumprimento dos limites constitucionais para saúde e educação", enfatizou Schmidt.

O Balanço Geral do Estado, entregue pelo governador Ronaldo Caiado e pela secretária da Economia, Cristiane Schmidt, no dia 21 de maio, demonstrou o superávit em R$ 523 milhões nas contas de 2019. O colegiado aprovou o relatório favorável apresentado pela relatora, **conselheira Carla Santillo**.

"O parecer pela aprovação das contas de 2019 demonstra o reconhecimento dos esforços que a administração pública do Estado de **Goiás** vem empreendendo para o aprimoramento de sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial", destacou a subsecretária do Tesouro, Selene Peres Peres Nunes.

O relatório pela aprovação veio acompanhado de 17 determinações e quatro recomendações para o Poder Executivo, a serem cumpridas ao longo dessa gestão fiscal. Entre elas, o **TCE** recomendou mudanças em alguns procedimentos da Conta Única do Tesouro Estadual e também determinou a observância do monitoramento e cumprimento da transparência ativa pelas Organizações Sociais da Saúde. "Essas determinações e recomendações encontram-se mapeadas com cronogramas para suas implementações", assinalou o superintendente Contábil da Economia, Ricardo Borges.

Sobre isso, a secretária Cristiane Schmidt ressaltou que "toda a equipe vai trabalhar para sempre atender às recomendações do **TCE**-GO, buscando sempre a transparência nas ações e informações contábeis e financeiras, o cumprimento das metas fiscais e o aprimoramento permanente da gestão do patrimônio do Estado".

Participaram da sessão extraordinária, além do presidente do **TCE**, Celmar Rech, os conselheiros Sebastião Tejota, Edson Ferrari, Kennedy Trindade, Saulo Mesquita, Helder Valin, e a relatora **Carla Santillo**. Além da

procuradora de Contas, Maisa de Castro. Todos votaram a favor do relatório, e com ressalvas os conselheiros Saulo Mesquita e Edson Ferrari.

Entenda

O **TCE** é um órgão fiscalizador. A ele cabe a análise técnica das contas e o parecer por sua rejeição ou aprovação. Esse parecer será encaminhado à **Assembleia Legislativa de Goiás**, responsável constitucionalmente pelo julgamento das contas do Executivo.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública Estadual e dos Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Resumo dos principais resultados do balanço 2019

1) Gestão orçamentária

O Resultado Orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R$ 29,474 bilhões). O resultado superou o resultado deficitário de 2018, que foi de R$ -1,34 bilhão.

Receitas

As Receitas Orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R$ 29,997 bilhões, sendo R$ 27,943 bilhões de Receitas Correntes (16,08% superior a 2018) e R$ 2,053 bilhões de Receitas de Capital.

Do total de R$ 27,943 bilhões das Receitas Correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das Receitas Tributárias (R$ 15,640 bilhões.

2) Gestão patrimonial

O Ativo Total do Estado de **Goiás** cresceu 12,13%, totalizando em 2019, R$ 81,385 bilhões, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R$ 1,6 bilhão em 2019 para R$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o Patrimônio Público destaca-se na elevação do Imobilizado do Estado de R$ 15,8 bilhões em 2018 para R$ 22,8 bilhões em 2019 (+44,53%), fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis do Estado.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado, a Dívida Consolidada totalizou em 2019 R$ 20,67 bilhões, crescimento de 5,27% em relação a 2018.

3) Gestão fiscal

Daquele total das receitas Orçamentárias de 2019 (R$ 29,997 bilhões), R$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R$ 24, 54 bilhões. Além disso, o Déficit Previdenciário fechou acima do ano anterior, em R$ 2,92 bilhões.

Recursos vinculados para educação e saúde - Aplicação na educação: o mínimo é 25%, o Estado aplicou 25,28%; para a saúde: o mínimo é 12%, o Estado aplicou 12,35%

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser

contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Site: http://www.jornalestadodegoias.com.br/2020/07/14/tce-aprova-por-unanimidade-contas-do-governo-caiado/

TCE-GO emite parecer favorável às contas de 2019 do governo

Contas são relativas ao primeiro ano de gestão de Ronaldo Caiado. Parecer apresenta ressalvas, recomendações e determinações

As contas de 2019 do governo estadual receberam, na tarde desta segunda-feira, 13, parecer prévio pela aprovação, com 17 determinações e quatro recomendações, além de três determinações aos outros poderes e órgãos autônomos. A análise refere-se ao exercício de 2019, o primeiro ano de gestão do governador Ronaldo Caiado.

Os índices mínimos para aplicação nas áreas de Educação e Saúde foram atendidos em 2019, o mesmo ocorrendo com a vinculação com Cultura. Entretanto, houve repasse menor ao Fundeb e os repasses de recursos para os órgãos e poderes com autonomia financeira não foram feitos integralmente na forma duodecimal até o dia 20 de cada mês. Também foi verificada insuficiência no repasse aos municípios no valor de R$ 5.472.949,00, referente a receita resultante do ICMS, no exercício de 2019.

A despesa total com pessoal foi de 59,58% da Receita Corrente Líquida em 2019, atendendo, portanto, o limite global de 60,00% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Embora todos os conselheiros tenham votado com a relatora, Edson Ferrari Feitas manifestou entendimento de intempestividade no envio das contas e Saulo Mesquita propôs três ressalvas, relativas a realização de despesas sem prévio empenho, recolhimento insuficiente das prestações devidas ao Fundeb e descumprimento da ordem cronológica dos pagamentos.

Para a relatora, **conselheira Carla Santillo**, "ficou evidenciado o esforço do governo com o equilíbrio orçamentário, com a transparência na gestão fiscal, com o cumprimento das metas fiscais e dos índices constitucionais, notadamente de Saúde e Educação, com a observância dos limites de endividamento, com a gestão do patrimônio público. Ela também destacou o comprometimento com a implementação das determinações e recomendações em Pareceres Prévios de exercícios anteriores.

O documento será encaminhado à Assembleia Legislativa, onde será o julgamento definitivo das contas. O Parecer Prévio aborda, dentre outras questões, a observância e cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução do orçamento do estado e nas demais operações realizadas com recursos públicos, em especial quanto ao estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

O **TCE** considerou "situação grave e com potencial de prejuízo ao erário" o descumprimento da ordem cronológica de pagamentos. No que se refere à Conta Centralizadora do Governo, apenas 2,5% dos valores foram contabilizados e 72,63% dos valores registrados na Conta Única possuíam sustentação financeira, vez que ao final do exercício de 2019, havia R$ 723.732.275, sendo que os extratos bancários apresentam saldo disponível de R$ 422.870.921.

No exercício financeiro de 2019 houve expressiva redução dos valores pagos para amortização da dívida estadual, haja vista que no período de maio a dezembro de 2019, o Estado de **Goiás** não realizou amortização e pagamento de serviço da dívida no valor de R$ 1,18 bilhão.

Com relação à transparência na gestão fiscal, o **TCE**-GO observou o descumprimento de dispositivo legal quanto à transparência ativa nas Organizações Sociais por não atualizar a remuneração dos empregados e dirigentes que administram os hospitais públicos.

Fonte

Site: https://portalnettoreis.com.br/2020/07/14/tce-go-emite-parecer-favoravel-as-contas-de-2019-do-governo/

TCE aprova contas do primeiro ano do governo Caiado

O parecer prévio da prestação de contas do primeiro ano de gestão do governador Ronaldo Caiado (DEM) foi aprovado por unanimidade pelo plenário virtual do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), em sessão na tarde de ontem. Todos os cinco conselheiros que votaram acompanharam o voto da relatora, **Carla Santillo**, totalizando seis votos pela aprovação das contas, com 17 determinações e sete recomendações, sendo quatro para o governo do Estado e três para poderes e órgãos autônomos. O julgamento em definitivo das contas cabe à **Assembleia Legislativa de Goiás**, para onde o parecer será encaminhado.

Em razão da pandemia do coronavírus, essa foi a primeira vez na história do tribunal que a votação das contas do governo ocorreu de forma virtual. Durante a sessão, apesar de acompanhar o voto da relatora, dois conselheiros chegaram a propor ressalvas. Saulo Mesquita propôs ressalvas relativas à realização de despesas sem prévio empenho, recolhimento insuficiente das prestações devidas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e descumprimentos da ordem cronológica dos pagamentos. Já Edson Ferrari manifestou entendimento de intempestividade no envio das contas. Mas o que prevaleceu e recebeu a aprovação do plenário foi a aprovação das contas com as determinações e recomendações constantes no voto da relatora.

No relatório, a **conselheira** **Carla Santillo** menciona que "restou evidenciado nas Contas o esforço e comprometimento do governo com o equilíbrio orçamentário, com o cumprimento das metas fiscais, com a transparência na gestão fiscal, com o cumprimento dos índices constitucionais, notadamente de Saúde e Educação, com a observância dos limites de endividamento, com a gestão do patrimônio público e com a implementação das determinações e recomendações desta Corte de Contas".

Conforme o documento, embora o orçamento tenha previsto déficit para o ano de 2019, no valor de R$ 6,063 bilhões, o Estado encerrou o ano com superávit orçamentário no valor de R$ 523,0 milhões, "mormente em virtude do impacto positivo dos depósitos judiciais na receita do Estado".

Aplicação

De acordo com o documento, o Estado apresentou como efetivamente aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) o valor de R$ 4,818 bilhões em 2019, perfazendo um índice de aplicação de 25,28%. Após deduções realizadas, é informado que o valor total considerado foi de R$ 4,786 bilhões, representando 25,11% do total da receita líquida de impostos de 2019, o que resultou numa aplicação superior ao mínimo exigido em R$ 21,601 milhões.

Porém, a unidade técnica evidenciou repasse menor ao Fundeb. Segundo o documento, o valor devido pelo Estado ao Fundeb no exercício de 2019 foi de R$ 3,395 bilhões. Foi efetivamente repassado o valor de R$ 3,182 bilhões, resultando no repasse a menor de R$ 213,5 milhões referente às receitas resultantes de ICMS.

O relatório aponta que o Estado deixou de considerar o adicional de até 2% do ICMS na base de cálculo dos repasses do imposto ao Fundeb, em desacordo com o entendimento firmado pelo **TCE**-GO no Acórdão **TCE** nº 121/2016. Para tanto, uma das 17 determinações do documento é no sentido de que o governo adote medidas com vistas a sanar a irregularidade apontada.

Uma outra determinação apresentada é para que o Estado monitore o cumprimento da transparência ativa pelas Organizações Sociais que administram os hospitais públicos, em especial quanto à necessidade de atualização das informações relacionadas à remuneração de seus funcionários e diretores.

Entre outros apontamentos que resultaram em determinações no voto da relatora está o repasse aos municípios. Segundo o documento, os demonstrativos apresentados indicam a insuficiência no repasse aos municípios no valor de R$ 5.472.949,00, referente à receita resultante do ICMS, no exercício de 2019. Nesse

caso, a determinação é para que o Estado finalize, em 2020, a auditoria na arrecadação e distribuição de tributos do Estado, apresente os resultados ao **TCE**-GO e, que, se confirmada a diferença de repasse a menor da receita de ICMS no exercício de 2019, seja realizada a recomposição dos valores aos municípios, conforme quotas-partes de 2019. "Bem como adequar a regra de negócio para as transferências constitucionais, tendo em vista a recorrência na diferença de valores distribuídos nos últimos exercícios", diz o relatório.

Entre as quatro recomendações para o governo Estado, uma que o parecer traz é quanto a mensuração da Dívida Ativa estadual. O documento recomenda concluir os estudos necessários a propiciar a criação de metodologia confiável de qualificação dos créditos inscritos e proceder, de forma adequada e completa, a escrituração do Ajuste para Perdas da Dívida Ativa.

A secretária de Economia do Estado, Cristiane Schmidt, diz que a aprovação das contas pelo **TCE**-GO "representa o resultado de um trabalho extremamente sério" e afirma que, assim como fizeram em 2019, "em 2020 seguiremos observando todas as recomendações e determinações do **TCE**".

Site: https://www.opopular.com.br/noticias/economia/tce-aprova-contas-do-primeiro-ano-do-governo-caiado-1.2084646

TCE-GO emite parecer favorável às contas de governo de 2019

Publicado em jul 13, 2020

As contas são relativas ao primeiro ano de gestão de Ronaldo Caiado e o Parecer apresenta recomendações e determinações

Processo nº 201900047000222

Na primeira votação virtual sobre as Contas de Governo na história do **Tribunal de Contas do Estado**, o Parecer Prévio foi pela aprovação, com 17 determinações e quatro recomendações ao Governo do Estado, além de três determinações aos outros poderes e órgãos autônomos. Embora todos os conselheiros tenham votado com a relatora, Edson Ferrari manifestou entendimento de intempestividade no envio das contas e Saulo Mesquita propôs três ressalvas, relativas a realização de despesas sem prévio empenho, recolhimento insuficiente das prestações devidas ao Fundeb e descumprimento da ordem cronológica dos pagamentos.

A sessão histórica foi aberta para manifestações durante a tarde e encerrada às 17 horas de hoje (13/jul).

A análise refere-se ao exercício de 2019, o primeiro ano de gestão do governador Ronaldo Caiado. Para a relatora, **conselheira Carla Santillo**, "ficou evidenciado o esforço do governo com o equilíbrio orçamentário, com a transparência na gestão fiscal, com o cumprimento das metas fiscais e dos índices constitucionais, notadamente de Saúde e Educação, com a observância dos limites de endividamento, com a gestão do patrimônio público. Ela também destacou o comprometimento com a implementação das determinações e recomendações em Pareceres Prévios de exercícios anteriores.

O documento agora será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem cabe o julgamento definitivo das contas. O Parecer Prévio aborda, dentre outras questões, a observância e cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução do orçamento do Estado e nas demais operações realizadas com recursos públicos, em especial quanto ao estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

EDUCAÇÃO E SAÚDE

Os índices mínimos para aplicação nas áreas de Educação e Saúde foram atendidos em 2019, o mesmo ocorrendo com a vinculação com Cultura. Entretanto, houve repasse a menor ao Fundeb e os repasses de recursos para os órgãos e poderes com autonomia financeira não foram feitos integralmente na forma duodecimal até o dia 20 de cada mês. Também foi verificada insuficiência no repasse aos municípios no valor de R$ 5.472.949,00, referente a receita resultante do ICMS, no exercício de 2019.

A despesa total com pessoal do Estado de **Goiás** foi de 59,58% da Receita Corrente Líquida em 2019, atendendo, portanto, o limite global de 60,00% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

ORDEM CRONOLÓGICA

O **TCE** considerou "situação grave e com potencial de prejuízo ao erário" o descumprimento da ordem cronológica de pagamentos. No que se refere à Conta Centralizadora do Governo, apenas 2,5% dos valores foram contabilizados e 72,63% dos valores registrados na Conta Única possuíam sustentação financeira, vez que ao final do exercício de 2019, havia R$ 723.732.275, sendo que os extratos bancários apresentam saldo disponível de R$ 422.870.921.

No exercício financeiro de 2019 houve expressiva redução dos valores pagos para amortização da dívida estadual, haja vista que no período de maio a dezembro de 2019, o Estado de **Goiás** não realizou amortização e pagamento de serviço da dívida no valor de R$ 1,18 bilhão.

Com relação à transparência na gestão fiscal, o **TCE**-GO observou o descumprimento de dispositivo legal quanto à transparência ativa nas Organizações Sociais por não atualizar a remuneração dos empregados e dirigentes que administram os hospitais públicos.

Clique aqui e confira a análise e o voto da relatora, na íntegra.

Diretoria de Comunicação Social

Site: http://www.atricon.org.br/imprensa/noticias/tce-go-emite-parecer-favoravel-as-contas-de-governo-de-2019/

TCE recomenda aprovação das contas do Governo Caiado

Governador Ronaldo Caiado teve as contas do primeiro ano aprovadas, apesar do déficit de mais de R$ 3 bilhões deixados pela gestão anterior

Em sessão extraordinária virtual, realizada nesta segunda-feira (13/07), o plenário do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) emitiu parecer favorável às contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2019, primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado. A relatora foi a **conselheira Carla Santillo**. A aprovação foi por unanimidade e foi anunciada pelo presidente do **TCE**, Celmar Rech, às 17h. Agora, o documento será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem caberá a tarefa de aprovar as contas.

Vale lembrar que as contas de 2018 da gestão do ex-governador foram reprovadas por 12 motivos, além de expedidas 40 determinações e seis recomendações. Agora, as contas foram aprovadas com 17 determinações e quatro recomendações.

A relatora observou, em seu parecer, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário, e cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal. O relatório observou ainda que o Estado realizou o dever de casa com o cumprimento dos mínimos constitucionais (Saúde e Educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

A sessão durou quatro horas e teve o relatório aprovado por todos os conselheiros, sendo dois deles com ressalvas e recomendações. Para a secretária da Economia Cristiane Schmidt, o resultado é fruto do comprometimento do Governo do Estado no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

"Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento. O Governo tem mantido em dia a prestação dos serviços, além do pleno cumprimento dos limites constitucionais para saúde e educação", enfatizou Schmidt.

O Balanço Geral do Estado, entregue pelo governador Ronaldo Caiado e pela secretária da Economia, Cristiane Schmidt, no dia 21 de maio, demonstrou o superávit em R$ 523 milhões nas contas de 2019. O colegiado aprovou o relatório favorável apresentado pela relatora, **conselheira Carla Santillo**.

"O parecer pela aprovação das contas de 2019 demonstra o reconhecimento dos esforços que a administração pública do Estado de **Goiás** vem empreendendo para o aprimoramento de sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial", destacou a subsecretária do Tesouro, Selene Peres Peres Nunes.

O relatório pela aprovação veio acompanhado de 17 determinações e quatro recomendações para o Poder Executivo, a serem cumpridas ao longo dessa gestão fiscal. Entre elas, o **TCE** recomendou mudanças em alguns procedimentos da Conta Única do Tesouro Estadual e também determinou a observância do monitoramento e cumprimento da transparência ativa pelas Organizações Sociais da Saúde. "Essas determinações e recomendações encontram-se mapeadas com cronogramas para suas implementações", assinalou o superintendente Contábil da Economia, Ricardo Borges.

Sobre isso, a secretária Cristiane Schmidt ressaltou que "toda a equipe vai trabalhar para sempre atender às recomendações do **TCE**-GO, buscando sempre a transparência nas ações e informações contábeis e financeiras, o cumprimento das metas fiscais e o aprimoramento permanente da gestão do patrimônio do Estado".

Participaram da sessão extraordinária, além do presidente do **TCE**, Celmar Rech, os conselheiros Sebastião Tejota, Edson Ferrari, Kennedy Trindade, Saulo Mesquita, Helder Valin, e a relatora **Carla Santillo**. Além da

procuradora de Contas, Maisa de Castro. Todos votaram a favor do relatório, e com ressalvas os conselheiros Saulo Mesquita e Edson Ferrari.

Entenda

O **TCE** é um órgão fiscalizador. A ele cabe a análise técnica das contas e o parecer por sua rejeição ou aprovação. Esse parecer será encaminhado à **Assembleia Legislativa de Goiás**, responsável constitucionalmente pelo julgamento das contas do Executivo.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública Estadual e dos Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Resumo dos principais resultados do balanço 2019

1) Gestão orçamentária

O Resultado Orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R$ 29,474 bilhões). O resultado superou o resultado deficitário de 2018, que foi de R$ -1,34 bilhão.

Receitas - As Receitas Orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R$ 29,997 bilhões, sendo R$ 27,943 bilhões de Receitas Correntes (16,08% superior a 2018) e R$ 2,053 bilhões de Receitas de Capital.

Do total de R$ 27,943 bilhões das Receitas Correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das Receitas Tributárias (R$ 15,640 bilhões.

2) Gestão patrimonial

O Ativo Total do Estado de **Goiás** cresceu 12,13%, totalizando em 2019, R$ 81,385 bilhões, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R$ 1,6 bilhão em 2019 para R$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o Patrimônio Público destaca-se na elevação do Imobilizado do Estado de R$ 15,8 bilhões em 2018 para R$ 22,8 bilhões em 2019 (+44,53%), fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis do Estado.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado, a Dívida Consolidada totalizou em 2019 R$ 20,67 bilhões, crescimento de 5,27% em relação a 2018.

3) Gestão fiscal

Daquele total das receitas Orçamentárias de 2019 (R$ 29,997 bilhões), R$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R$ 24, 54 bilhões. Além disso, o Déficit Previdenciário fechou acima do ano anterior, em R$ 2,92 bilhões.

Recursos vinculados para educação e saúde - Aplicação na educação: o mínimo é 25%, o Estado aplicou 25,28%; para a saúde: o mínimo é 12%, o Estado aplicou 12,35%

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Secretaria de Economia - Governo de **Goiás**

Site: https://edibrasilia.com.br/2020/07/13/tce-recomenda-aprovacao-das-contas-do-governo-caiado/

TCE aprova por unanimidade contas do Governo Caiado

Arley Maciel

Em sessão extraordinária virtual, realizada nesta segunda-feira, dia 13, o plenário do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) emitiu parecer favorável às contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2019, primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado. A relatora foi a **conselheira Carla Santillo**. A aprovação foi por unanimidade e foi anunciada pelo presidente do **TCE**, Celmar Rech, às 17 horas. Agora, o documento será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem caberá a tarefa de aprovar as contas.

Vale lembrar que as contas de 2018 da gestão do ex-governador foram reprovadas por 12 motivos, além de expedidas 40 determinações e seis recomendações. Agora, as contas foram aprovadas com 17 determinações e quatro recomendações.

A relatora observou, em seu parecer, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário, e cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal. O relatório observou ainda que o Estado realizou o dever de casa com o cumprimento dos mínimos constitucionais (Saúde e Educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

A sessão durou quatro horas e teve o relatório aprovado por todos os conselheiros, sendo dois deles com ressalvas e recomendações. Para a secretária da Economia Cristiane Schmidt, o resultado é fruto do comprometimento do Governo do Estado no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento. O Governo tem mantido em dia a prestação dos serviços, além do pleno cumprimento dos limites constitucionais para saúde e educação , enfatizou Schmidt.

O Balanço Geral do Estado, entregue pelo governador Ronaldo Caiado e pela secretária da Economia, Cristiane Schmidt, no dia 21 de maio, demonstrou o superávit em R$ 523 milhões nas contas de 2019. O colegiado aprovou o relatório favorável apresentado pela relatora, **conselheira Carla Santillo**.

O parecer pela aprovação das contas de 2019 demonstra o reconhecimento dos esforços que a administração pública do Estado de **Goiás** vem empreendendo para o aprimoramento de sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial , destacou a subsecretária do Tesouro, Selene Peres Peres Nunes.

O relatório pela aprovação veio acompanhado de 17 determinações e quatro recomendações para o Poder Executivo, a serem cumpridas ao longo dessa gestão fiscal. Entre elas, o **TCE** recomendou mudanças em alguns procedimentos da Conta Única do Tesouro Estadual e também determinou a observância do monitoramento e cumprimento da transparência ativa pelas Organizações Sociais da Saúde. Essas determinações e recomendações encontram-se mapeadas com cronogramas para suas implementações , assinalou o superintendente Contábil da Economia, Ricardo Borges.

Sobre isso, a secretária Cristiane Schmidt ressaltou que toda a equipe vai trabalhar para sempre atender às recomendações do **TCE**-GO, buscando sempre a transparência nas ações e informações contábeis e financeiras, o cumprimento das metas fiscais e o aprimoramento permanente da gestão do patrimônio do Estado .

Participaram da sessão extraordinária, além do presidente do **TCE**, Celmar Rech, os conselheiros Sebastião Tejota, Edson Ferrari, Kennedy Trindade, Saulo Mesquita, Helder Valin, e a relatora **Carla Santillo**. Além da procuradora de Contas, Maisa de Castro. Todos votaram a favor do relatório, e com ressalvas os conselheiros

Saulo Mesquita e Edson Ferrari.

O **TCE** é um órgão fiscalizador. A ele cabe a análise técnica das contas e o parecer por sua rejeição ou aprovação. Esse parecer será encaminhado à **Assembleia Legislativa de Goiás**, responsável constitucionalmente pelo julgamento das contas do Executivo.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública Estadual e dos Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

1) Gestão orçamentária

O Resultado Orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R$ 29,474 bilhões). O resultado superou o resultado deficitário de 2018, que foi de R$ -1,34 bilhão.

As Receitas Orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R$ 29,997 bilhões, sendo R$ 27,943 bilhões de Receitas Correntes (16,08% superior a 2018) e R$ 2,053 bilhões de Receitas de Capital.

Do total de R$ 27,943 bilhões das Receitas Correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das Receitas Tributárias (R$ 15,640 bilhões.

2) Gestão patrimonial

O Ativo Total do Estado de **Goiás** cresceu 12,13%, totalizando em 2019, R$ 81,385 bilhões, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R$ 1,6 bilhão em 2019 para R$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o Patrimônio Público destaca-se na elevação do Imobilizado do Estado de R$ 15,8 bilhões em 2018 para R$ 22,8 bilhões em 2019 (+44,53%), fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis do Estado.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado, a Dívida Consolidada totalizou em 2019 R$ 20,67 bilhões, crescimento de 5,27% em relação a 2018.

3) Gestão fiscal

Daquele total das receitas Orçamentárias de 2019 (R$ 29,997 bilhões), R$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R$ 24, 54 bilhões. Além disso, o Déficit Previdenciário fechou acima do ano anterior, em R$ 2,92 bilhões.

Recursos vinculados para educação e saúde - Aplicação na educação: o mínimo é 25%, o Estado aplicou 25,28%; para a saúde: o mínimo é 12%, o Estado aplicou 12,35%

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Site: http://www.herculesdias.com.br/editorias/geral/item/2390-tce-aprova-por-unanimidade-contas-do-governo-caiado